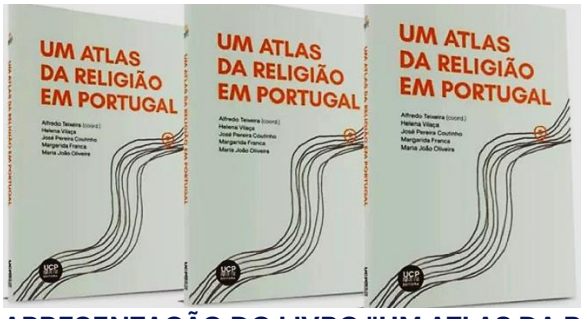


APRESENTAÇÃO DO LIVRO "UM ATLAS DA RELIGIÃO EM PORTUGAL"
Mapear a Religião em Portugal
Alfredo Teixeira | 28/10/2026

Nesta quarta-feira, 28 de outubro, será apresentado na Universidade Católica Portuguesa (UCP), em Lisboa, o estudo* Um Atlas da Religião em Portugal, *num debate com a participação de Pedro Adão e Silva, professor de Ciência Política e Políticas Públicas no ISCTE-IUL e antigo ministro da Cultura, e de Margarida Franca, geógrafa, do CITER (Centro de Investigação em Teologia e Estudos de Religião, da UCP). O 7MARGENS publica a seguir um texto de Alfredo Teixeira, coordenador do estudo, sobre as razões e métodos da investigação.

O primeiro atlas contemporâneo da religião no país mostra uma sociedade ainda largamente católica, mas já impossível de descrever como uma monocultura religiosa. Mais do que um inventário de pertenças religiosas, esta cartografia oferece instrumentos para conhecer o território e praticar uma cidadania mais informada.

Há números que nos obrigam a mudar a forma como olhamos para a sociedade. Os Censos de 2021, ao introduzirem uma observação mais diferenciada das pertenças religiosas e ao obterem uma resposta invulgarmente ampla a uma pergunta facultativa, tornaram-se um acontecimento-charneira no conhecimento da religião em Portugal. Não dispensam outras formas de investigação. Mas oferecem a base mais extensa de que dispomos para perceber continuidades, deslocações e contrastes num domínio tantas vezes entregue à impressão, à memória ou ao estereótipo.

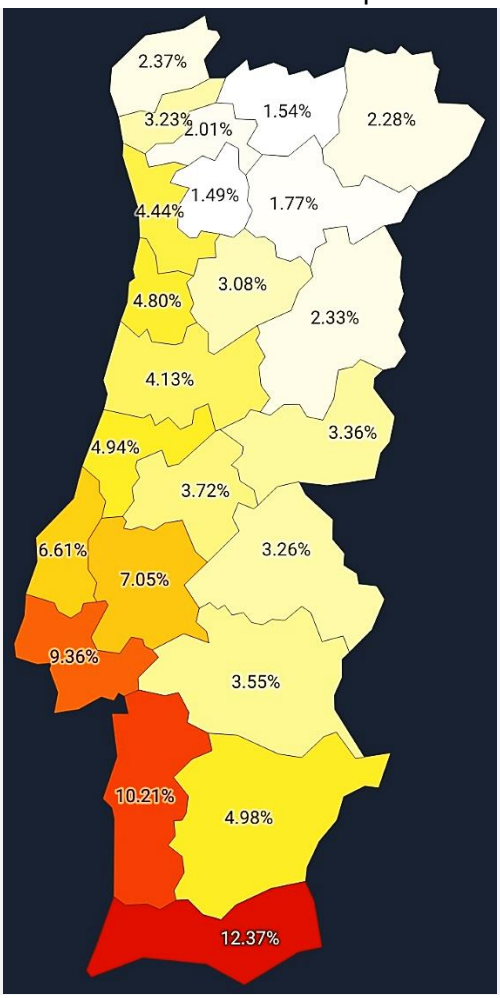
É sobre essa base que se constrói *Um Atlas da Religião em Portugal* (UCP Editora), o primeiro atlas contemporâneo elaborado a partir das informações recolhidas nos Censos. O artigo indefinido do título é um programa: não se pretende apresentar o mapa definitivo da religião, mas uma cartografia possível, sustentada sobretudo nos recenseamentos de 1991, 2001, 2011 e 2021 e organizada em várias escalas – nacional, regional, sub-regional e municipal. O projeto cruza sociologia, demografia e geografia e relaciona os dados religiosos com fluxos demográficos, dinâmicas económicas e transformações urbanas.

Um atlas não fotografa uma realidade imóvel. Mostra distribuições, aproxima territórios e permite formular perguntas que as médias nacionais tendem a esconder. Onde se concentra determinada pertença? Em que territórios cresce a população sem religião? Que relação existe entre mobilidade humana, urbanização e pluralização religiosa? Que continuidades resistem à mudança e que novidades se tornam visíveis quando se reduz a escala de observação?

Os Censos de 2021 assinalam, desde logo, uma mudança de atitude em relação à pergunta sobre religião nos Censos – a única que é facultativa. Apenas 2,6% das pessoas elegíveis não responderam à pergunta sobre religião, o valor mais baixo se se tiver em conta as séries comparáveis. Sendo facultativa, a pergunta obteve, assim, uma cobertura assinalável entre a população com 15 anos ou mais. Além disso, o questionário autonomizou categorias como “protestante/evangélica”, “testemunha de Jeová”, “budista” e “hindu”, tornando visíveis pertenças que anteriormente se reuniam em designações demasiado amplas. A metodologia adotou, assim, uma estratégia de alargamento da visibilidade da afiliação religiosa.

Esta melhoria traz também uma advertência. As categorias usadas nos recenseamentos mudaram ao longo do tempo e, por isso, nem todas as comparações são lineares. Um crescimento estatístico pode traduzir uma alteração social efetiva, mas também pode refletir uma forma mais adequada de

perguntar e classificar. A leitura longitudinal exige, portanto, prudência: os números não falam sozinhos e as categorias administrativas nunca coincidem por inteiro com a experiência vivida.



População residente com > 15 anos (Censos 2021): Outras Religiões: Ortodoxa, Protestante/evangélica, Testemunhas de Jeová, Outra cristã, Budista, Hindu, Judaica, Muçulmana, Outra não cristã. Portugal Continental (NUTS III). Fonte: INE

Ainda assim, o retrato de 2021 é suficientemente nítido para identificar persistências e mudanças de grande alcance. A principal religião é conhecida, mas não deve ser banalizada: 7 043 016 pessoas declararam-se católicas, o que corresponde a 80,2% das respostas válidas. Portugal continua, deste ponto de vista, a apresentar uma larga maioria católica. Essa maioria, porém, já não corresponde à antiga ideia de uma sociedade religiosa homogénea. Entre 2011 e 2021, o número de católicos diminuiu cerca de 3%, apesar de manter uma presença demográfica, histórica e cultural muito expressiva.

A transformação mais intensa encontra-se fora desse centro maioritário. As pessoas que declararam não ter religião passaram de 615 332 para 1 237 130 numa década: um aumento de 101%. Representam agora cerca de 14% dos respondentes. Este conjunto não deve ser confundido com uma população com posições uniformes, como os estudos por amostragem nos têm mostrado.

Também o pluralismo religioso ganhou uma expressão mais clara. O conjunto dos outros cristãos cresceu aproximadamente 36% entre 2011 e 2021, enquanto as pertenças agregadas noutras religiões aumentaram cerca de 91%. Entre os dados de 2021 contam-se 186 832 protestantes ou evangélicos, 63 609 testemunhas de Jeová, 60 381 ortodoxos, 36 480 muçulmanos, 19 471 hindus, 16 757 budistas e 2 910 judeus. Nenhum destes valores, isoladamente, altera a predominância católica; no conjunto, porém, descrevem um país mais diferenciado do que o que permanece no imaginário coletivo.

É no território que essa diferenciação se torna socialmente inteligível. Os Açores e a Madeira mantêm perfis mais homogéneos e fortemente católicos. A Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve apresentam maior pluralidade religiosa e proporções mais elevadas de população sem religião. No interior do Norte e do Centro encontram-se muitos dos municípios com presença católica mais

elevada; no litoral, nas áreas metropolitanas e em territórios marcados por migrações recentes, a composição é mais heterogénea.

Odemira é um exemplo particularmente elucidativo. A presença crescente de populações oriundas da Índia, do Nepal e do Bangladesh, associada às transformações do mercado de trabalho agrícola, repercute-se na composição religiosa local. O município permite observar como uma mudança económica pode adquirir expressão demográfica, cultural e religiosa. A religião não constitui aqui uma variável isolada: acompanha mobilidades, redes familiares, condições laborais, formas de habitar e modos de reconhecimento público.

É precisamente por isso que um atlas da religião tem utilidade social. Para um município, pode apoiar o planeamento de cemitérios, horários, equipamentos, alimentação institucional ou espaços de encontro. Para escolas e serviços de saúde, ajuda a reconhecer práticas e calendários que interferem na vida quotidiana. Para jornalistas, substitui generalizações por informação territorialmente situada. Para investigadores, oferece uma infraestrutura de análise; para comunidades religiosas e organizações cívicas, cria uma base comum de diálogo; para quem decide políticas públicas, permite antecipar necessidades sem converter a diferença em problema.

Esta utilidade não autoriza, contudo, uma leitura policial ou classificatória do território. Cartografar minorias pode dar-lhes reconhecimento, mas também pode expô-las à vigilância, ao preconceito ou à estigmatização. Um atlas responsável deve tornar visível sem fixar identidades, informar sem transformar pertenças em essências e reconhecer que toda a categoria ilumina certos aspetos enquanto deixa outros na sombra. O mapa é um instrumento de aproximação, não uma réplica do território.



Debate entre representantes de diferentes religiões na Amadora. Foto © Câmara Municipal da Amadora.

É neste ponto que os mapas da religião se tornam mapas de cidadania. Conhecer a distribuição de uma maioria não implica apagar as minorias; dar visibilidade às minorias não exige negar a relevância histórica da maioria. Uma cultura democrática mede-se também pela capacidade de manter estas duas afirmações em conjunto, sem alarmismo nem complacência. A informação rigorosa pode contrariar tanto o mito de um país religiosamente uniforme como a narrativa apressada de uma secularização total.

O primeiro atlas contemporâneo da religião em Portugal mostra, afinal, uma transformação sem ruturas. A matriz católica conserva uma forte capacidade de estruturação simbólica, mas perdeu a antiga pretensão de representar, por si só, toda a sociedade. Ao seu lado consolidou-se uma população sem filiação religiosa e ampliou-se um conjunto diversificado de pertenças cristãs e não cristãs. O resultado não é o desaparecimento da religião, mas a recomposição das suas formas sociais e da sua geografia.

Nenhum mapa encerra essa história. Ficam por conhecer melhor as diferentes modalidades de pertença, os diferentes graus de participação, as espiritualidades sem inscrição institucional e as trajetórias individuais que uma resposta censitária não capta. Futuras cartografias digitais e participativas poderão acrescentar novas camadas de informação e aproximar o conhecimento estatístico das experiências locais. Mas este Atlas estabelece um ponto de partida decisivo: oferece ao país uma imagem mais rigorosa da diversidade que já o habita e, desse modo, melhores condições para aprender a viver com ela.

Alfredo Teixeira é antropólogo (UCP-CITER) e compositor